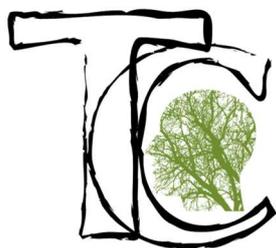




**Orientação de tutoria na educação superior:  
experiência com acadêmicas com deficiência visual**

<http://doi.org/10.5212/RevTeiasConhecimento.2025.23768>



ISSN 2763-6739



MESTRADO  
EM EDUCAÇÃO INCLUSIVA



**Bruna Czyrik \***

<https://orcid.org/0009-0004-1008-6730>



<http://lattes.cnpq.br/2476935708823664>



**Fernanda Aparecida Gonçalves da Silva Faria \*\***

<https://orcid.org/0009-0000-8255-2121>



<http://lattes.cnpq.br/7583379681896033>



**Jéssica Carolina dos Santos Paiva \*\*\***

<https://orcid.org/0009-0004-2981-8516>



<http://lattes.cnpq.br/4852136708538149>



**Tamiris Aparecida Sinhuri de Lima \*\*\*\***

<https://orcid.org/0009-0006-8184-2630>



<http://lattes.cnpq.br/9620800217615209>



**Karen Ribeiro \*\*\*\*\***

<https://orcid.org/0000-0002-6962-4423>



<http://lattes.cnpq.br/1678509191676237>



\* Pedagoga pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e Professora da Rede Municipal de Ponta Grossa.

e-Mail: [bruna.czyrik01@gmail.com](mailto:bruna.czyrik01@gmail.com)

\*\* Pedagoga pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)

e-Mail: [fernanda.gfaria@hotmail.com](mailto:fernanda.gfaria@hotmail.com)

\*\*\* Mestranda em Educação pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)

e-Mail: [jessicacarolinasantos69@gmail.com](mailto:jessicacarolinasantos69@gmail.com)

\*\*\*\* Pedagoga pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)

e-Mail: [tamirisdlima10@gmail.com](mailto:tamirisdlima10@gmail.com)

\*\*\*\*\* Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo (USP) e professora do Departamento de Educação e do Programa de Mestrado Profissional em Educação Inclusiva em Rede Nacional (PROFEI) da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), vinculada ao Grupo de Estudo e Pesquisa em Processos de Aprendizagem (Gep-ProA).

e-Mail: [karenribeiro@uepg.br](mailto:karenribeiro@uepg.br)

**TDIC, inclusão e sociedade em rede:  
desafios contemporâneos da educação na Era Digital**

**RESUMO:** A permanência e o bom desempenho acadêmico de estudantes com deficiência na Educação Superior garantidos pela legislação brasileira dependem de ações para eliminação ou redução das barreiras pedagógicas. A questão problematizadora deste artigo consiste em: como a tutoria pode contribuir para conclusão bem sucedida de curso de graduação de acadêmicas com deficiência visual? O objetivo é apresentar o relato de experiência do trabalho de orientação da atuação de duas tutoras do Programa de Tutoria Discente (PROTUDI) da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) voltada para duas acadêmicas com deficiência visual no curso presencial de Pedagogia no período de junho/2022 a dezembro/2023. Para tanto, foram realizadas análises dos planos de atividades e relatórios anuais das tutoras, dos registros das reuniões entre professora orientadora, tutoras e tutoradas; e dos comunicados enviados às/aos docentes das disciplinas cursadas. As análises basearam-se na produção acadêmica da Educação Inclusiva e da Psicologia Histórico-Cultural. Os resultados apontaram para a contribuição da experiência para permanência estudantil e conclusão do curso no tempo previsto; compreensão e emprego da acessibilidade na formação inicial das tutoras e tutoradas, bem como na ampliação de conhecimento e experiência no acompanhamento pedagógico de universitárias com deficiência para a professora orientadora. Conclui-se que a tutoria pode ser um recurso para o apoio acadêmico de estudantes com deficiência visual.

**Palavras-Chave:** tutoria; deficiência visual; educação superior.

**Tutoring guidance in higher education: experience with visually impaired students**

**ABSTRACT:** The academic persistence and success of students with disabilities in undergraduate, as enshrined in Brazilian law, hinge on initiatives designed to eliminate or mitigate pedagogical barriers. This article explores the pivotal question: how can tutoring facilitate the successful completion of undergraduate studies among students with visual impairments? Our objective is to present a reflective account of the mentorship provided to two tutors within the Student Tutoring Program (PROTUDI) at the State University of Ponta Grossa (UEPG), who supported two visually impaired students enrolled in the face-to-face pedagogy program between June 2022 and December 2023. To achieve this, we analyzed the tutors' activity plans and annual reports, meeting records between the faculty advisor, tutors, and students, as well as communications with course instructors. Our analysis drew upon the scholarly literature in Inclusive Education and Historical-Cultural Psychology. The findings underscored the experience's contribution to enhanced student retention and timely degree completion, the comprehension and application of accessibility principles in the initial training of both tutors and students, and the faculty advisor's expanded knowledge and expertise in supporting university students with disabilities. We conclude that tutoring can serve as a vital resource for delivering academic support to students with visual impairments.

**Keywords:** inclusion, accessibility, adaptive technologies

## **1. INTRODUÇÃO**

A Lei Federal nº 13.146, de 06 de julho de 2015 garante Educação Superior para as pessoas com deficiência:

Art. 27. A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurado sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem (Brasil, 2015, grifos nossos).

Este direito também está previsto no capítulo "Do Direito à Educação" da lei citada, como responsabilidade do "poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar" entre outras atribuições, o "XIII - acesso à Educação Superior e à educação profissional e tecnológica em igualdade de oportunidades e condições com as demais pessoas" (Brasil, 2015). Moura e Fumes (2022) reconhecem o crescimento do ingresso das pessoas com deficiência nas universidades, mas ressaltam o amplo trabalho na acessibilidade e ensino que ainda deve ser feito para a permanência estudantil.

A redução de barreiras, entre elas, as barreiras nas comunicações e na informação e as atitudinais, é um dos desafios mais significativos. As primeiras são definidas como: "qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens e de informações por intermédio de sistemas de comunicação e de tecnologia da informação". As últimas são entendidas como "atitudes ou comportamentos que impeçam ou prejudiquem a participação social" (Brasil, 2015).

Deste modo, a Psicologia Histórico-Cultural, fundamentada na filosofia marxista, e que tem entre seus fundadores Vigotski, Luria e Leontiev, é, nas palavras de Tunes, Rangel e Prestes (2023, p. 9), "um chão de terra firme em que podemos nos mover com tranquilidade e segurança", pois contribui na transformação das nossas perspectivas, combatendo o preconceito.

## **Orientação de tutoria na educação superior: Experiência com acadêmicas com deficiência visual**

De acordo com Tunes e Prestes (2021), Vigotski dedicou-se aos estudos da defectologia, referente à educação de crianças com deficiência, tendo as primeiras publicações na década de 1920. Para Vigotski (2021, p. 31), são as “consequências sociais” da deficiência que devem ser consideradas na educação.

Neste sentido, a educação de crianças cegas, Vigotski (2021, p. 30) escreve, deve estar vinculada à "vida e criar a compensação de sua insuficiência física. A tarefa é conseguir que a alteração da ligação social com a vida se conduza por outro caminho". Para o autor, a educação não deve ser limitada ao aspecto orgânico da deficiência, nos limites e insuficiências, na "acomodação" e na "adaptação" (p. 28), mas em suas consequências sociais, nas "enormes áreas ricas de vida" (Vigotski, 2021, p.35).

Assim, sem desconsiderar a importância dos "conhecimentos específicos" necessários neste processo, desde que "subordinados à educação comum" (Vigotski, 2021, p. 39), continua o autor, a educação das pessoas com deficiência deve ser a mesma que a das demais, considerando as outras vias, a compensação social da deficiência.

Com base neste estudo, Brasil, P. (2023, p. 102) explica que a compensação social consiste em uma "reação do sujeito diante da deficiência" e a "educação como o lugar para a criação de estratégias de compensação social efetivas, possibilitando a apropriação cultural por meio da mediação simbólica". E este processo não ocorre naturalmente a partir do aparato biológico, trata-se de "reorganização de toda a personalidade frente à deficiência, o que significa novas forças psíquicas atuando em uma nova orientação do indivíduo" (Brasil, P., 2023, p. 106). Todavia, como salientado por Vigotski (2021), a compensação, pode ser bem sucedida ou não.

Em relação ao acesso aos níveis mais elevados de ensino da pessoa com deficiência visual, Vigotski (2021) já defendia a "forma superior de trabalho" (p. 48) e criticava universidade exclusiva para cegos. Sobre este aspecto, Oliveira (2007, p. 127) defende a disponibilização de "recursos pedagógicos e adaptações curriculares" na Educação Superior para garantir a "apropriação de conhecimentos significativos"

## **Orientação de tutoria na educação superior: Experiência com acadêmicas com deficiência visual**

e "práticas pedagógicas emancipatórias".

Silva e Pimentel (2022) mencionam que embora as barreiras existentes no cumprimento da legislação brasileira sobre o acesso da pessoa com deficiência visual na Educação Superior, a conclusão do curso destes acadêmicos vem promovendo mudanças institucionais favoráveis ao desempenho acadêmico.

Nessa direção, conforme revisão bibliográfica realizada por Ribeiro, Freitas e Ausec (2022), algumas universidades públicas brasileiras lançam mão do apoio denominado de tutoria ou monitoria como atendimento educacional especializado em diferentes formatos.

Um exemplo é a monitoria em Educação Especial realizada pela equipe do Núcleo de Acessibilidade (NAC) da Universidade Estadual de Londrina (UEL), apresentado por Ribeiro, Ausec e Kawagoe (2024). As autoras esclarecem que diferente da monitoria acadêmica de determinada disciplina do curso disponibilizadas para todos estudantes da turma, neste apoio específico, a monitora pode orientar a organização de estudo e realizar adaptações de materiais. Como resultado, identificam, entre outros aspectos, promoção de responsabilidade e autonomia dos monitorados. Também sugerem que este trabalho pode interferir positivamente na atuação docente, pois sabendo que o estudante tem um suporte com outros profissionais e acadêmicos para além do que o curso oferece, o professor sente que as responsabilidades na trajetória acadêmica são compartilhadas.

Outro exemplo é a monitoria proposta pelo Programa de Monitoria Especial do Programa Multidisciplinar de Pesquisa e Apoio à Pessoa com Deficiência e Necessidades Educacionais Especiais (PROPAE) da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Trata-se de acompanhamento por pares sob supervisão de docentes do programa, que no caso da condição de deficiência visual, realizam atividades como organização de estudo, acompanhamento em bibliotecas, visitas técnicas e reuniões, leituras e discussões de materiais das disciplinas, descrição de imagens e vídeos, entre outras (Rodríguez; Galuch; Silva, 2021).

## **Orientação de tutoria na educação superior: Experiência com acadêmicas com deficiência visual**

Isto posto, o tema deste artigo está relacionado a tutoria na Educação Superior e justifica-se pelo crescimento de ingresso de estudantes com deficiência visual nas universidades e pela relevância de estabelecimento de condições favoráveis à formação acadêmica. A questão problematizadora deste trabalho consiste em: como a tutoria na Educação Superior pode contribuir para conclusão bem sucedida de acadêmicas com deficiência visual? O objetivo é apresentar o relato de experiência do trabalho de orientação da atuação de duas tutoras do Programa de Tutoria Discente (PROTUDI) da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) voltada para duas acadêmicas com deficiência visual, cegueira e baixa visão, no curso presencial de Pedagogia no período de junho/2022 a dezembro/2023, correspondente ao 3º e 4º anos, sendo este o último ano do curso. Tal propósito segue uma das atribuições da professora orientadora prevista no documento: "estimular a divulgação dos resultados produzidos pela Tutoria" (UEPG, 2021).

Cabe ressaltar que o momento relatado refere ao retorno ao ensino presencial, após o período de ensino remoto emergencial decorrente da pandemia de Covid-19, medida sanitária adotada no país como prevenção à disseminação do vírus. Em conformidade com a importância de produções acadêmicas elaboradas por pessoas com deficiência (Moura; Fumes, 2022, Zana; Alves, 2024), as tutoradas são também co-autoras deste trabalho. Também compõe a co-autoria duas das três tutoras envolvidas neste processo.

Os procedimentos metodológicos utilizados para este trabalho foram análises dos planos de atividades e relatórios anuais das tutoras, dos registros das reuniões entre professora orientadora, tutoras e tutoradas; e dos comunicados enviados às/aos docentes das disciplinas cursadas. As análises baseiam-se nas produções acadêmicas da Educação Inclusiva e da Psicologia Histórico-Cultural.

Este artigo está estruturado da seguinte maneira: apresentação do PROTUDI, com descrição das responsabilidades da professora orientadora e das atribuições das acadêmicas tutoras; caracterização dos procedimentos de trabalho de orientação; exposição das contribuições para as envolvidas e as considerações finais.

## **2. ORGANIZAÇÃO DA TUTORIA DO PROGRAMA DE TUTORIA DISCENTE**

Nesta seção serão apresentados o PROTUDI e a organização do trabalho de tutoria em relação às formas de registro do desenvolvimento da atividade, de comunicação e organização das reuniões.

O PROTUDI está regulamentado pela Resolução CEPE nº 2021.28 (UEPG, 2021). Entre seus objetivos, destacam-se "realizar e apoiar atividades de orientação acadêmica que divulguem informações precisas e corretas, em uma linguagem adequada às necessidades desses acadêmicos"; "colaborar para a melhoria de desempenho no processo de aprendizado, visando à redução dos índices de reprovação e de evasão"; "estimular os acadêmicos a buscarem o conhecimento técnico-científico e o aperfeiçoamento pessoal, bem como a prática de atividades" e "oportunizar aos Acadêmicos Tutores e demais acadêmicos a reflexão e a discussão sobre os processos de inclusão da UEPG". O programa envolve "Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis — PRAE; Colegiados de Curso, Professor Orientador do Tutor, Acadêmicos Tutores, Acadêmicos Tutorados" (UEPG, 2021).

De acordo com a resolução citada, o colegiado do curso seleciona as tutoras e aprova a indicação da professora orientadora, responsável pelo acompanhamento do trabalho. Esta, embora faça parte do corpo docente do curso, não ministrou aulas na turma das discentes. Rodriguero, Galuch e Silva (2021) ressaltam a importância de supervisão planejada e intencional deste trabalho.

Mediante a remuneração de auxílio tutoria, as acadêmicas tutoras, que atuam doze horas semanais, elaboram com a professora orientadora um plano anual de atividade para auxiliar as acadêmicas tutoradas no processo educacional. A professora orientadora acompanha e orienta o trabalho desenvolvido em reuniões sistemáticas (UEPG, 2021).

Na experiência relatada, as tutoras são da mesma turma das tutoradas. Como apontado por Ribeiro, Freitas e Ausec (2022), estudantes coetâneos podem favorecer

## Orientação de tutoria na educação superior: Experiência com acadêmicas com deficiência visual

o processo de acompanhamento, considerando as experiências comuns no contexto universitário.

O trabalho de orientação foi feito inicialmente com uma reunião entre professora orientadora e tutoras e posteriormente com professora orientadora, tutoras e tutoradas. Nesta última, foi definido que a partir daquele momento, as reuniões poderiam ser com todas as envolvidas. Esta escolha corrobora com a defesa de Lourenço et al. (2020) pela participação efetiva das acadêmicas com deficiência na decisão das adequações, seguida de análise e avaliação de sua implementação. Também foram coerentes com o que Oliveira (2007, p. 139) assevera:

A inclusão é um processo contínuo, é mais que um simples estado de mudança, precisa ser construída não somente para, mas precisa ser construída com a efetiva participação dos sujeitos que são protagonistas deste processo. Saber ouvir os sujeitos envolvidos talvez seja um primeiro passo para esta construção educacional efetivamente democrática.

Decidiu-se também pela criação de um grupo em aplicativo de mensagens simultâneas entre professora orientadora, tutoras e tutoradas para trocas rápidas de informações, divulgação de eventos acadêmicos, solicitações e confirmações de reuniões e definição de pauta, sempre atentando-se para a acessibilidade, com objetividade das perguntas ou comentários escritos curtos. A decisão pela escrita e não por áudio justifica-se por ser um espaço para exercício da escrita sobre assuntos acadêmicos. Com a finalidade de organizar os registros e favorecer a localização das informações, as datas e pautas das reuniões construídas coletivamente eram também enviadas pela professora orientadora do seu e-mail institucional para os e-mails institucionais das envolvidas.

Para facilitar o acompanhamento do trabalho, também foi criada uma pasta de arquivos compartilhada no gerenciador de arquivos contendo a Resolução CEPE nº 2021.28 (UEPG, 2021), modelos de arquivos para preenchimento das frequências mensais das tutoras, relatórios e planos de atividades anuais, registros das reuniões, materiais para estudo sobre acessibilidade, entre outros assuntos.

## **Orientação de tutoria na educação superior: Experiência com acadêmicas com deficiência visual**

Por recomendação das tutoras e tutoradas, com tempo restrito de deslocamento, distância entre universidade e residências e outros compromissos acadêmicos e pessoais, a maioria das reuniões quinzenais, mensais ou por demandas específicas, foi feita de maneira remota, no período inverso ao das aulas, com duração de cerca de uma hora. Ressalta-se que foi utilizado sempre o mesmo link para facilitar o rápido acesso.

A dinâmica das reuniões consistia em compartilhamento inicial de informes, como por exemplo, resultados de algum encaminhamento anterior. Posteriormente seguiam relatos de tutoras e tutoradas sobre atividades acadêmicas e discussão sobre os encaminhamentos com definições de tarefas para as envolvidas, tendo como princípios o atendimento das demandas de acessibilidade das tutoradas e respeito à autonomia.

Em linhas gerais, a atuação das tutoras consistiu em leituras prévias de textos acadêmicos e arquivos das apresentações das aulas para posterior leitura para tutoradas, quando necessário; estudo dos textos das disciplinas; elaboração de comunicados aos/às docentes das disciplinas com tutoradas e professora orientadora; auxílio no portal da universidade e no uso da sala de aula virtual e questionários online.

Apoiadas em estudos de Vigotski, Rodriguero, Galuch e Silva (2021, p. 11) asseveram que a monitoria contribui para a aprendizagem dos estudantes com deficiências atendidos na medida em que pode possibilitar em situações diversas: “o acesso não apenas ao que já foi atingido, ao que já foi desenvolvido, mas àquilo que ainda está em processo e que, com na interação com outras pessoas, inclusive, pela imitação, vai se desenvolvendo as individualidades da universalidade”.

Por conseguinte, a aprendizagem, na perspectiva da Psicologia Histórico-Cultural, “só é boa quando está à frente do desenvolvimento, neste caso, ela motiva e desencadeia para a vida toda uma série de funções que se encontravam em fase de amadurecimento e na zona de desenvolvimento imediato” (Vigotski, 2020, p. 334). Pois, como mencionado pelo autor, o nível de desenvolvimento atual, o que as acadêmicas realizam com autonomia, já foi conquistado. De maneira dinâmica, o

## **Orientação de tutoria na educação superior: Experiência com acadêmicas com deficiência visual**

ensino deve-se pautar no conhecimento novo, na zona de desenvolvimento imediato, que, por sua vez, ao ser apropriado, se tornará nível de desenvolvimento atual.

Assim, é possível considerar que as tutoras como pares coetâneas, podem contribuir no desenvolvimento das acadêmicas, atuando na mediação de signos, dos conhecimentos acadêmicos, na zona de desenvolvimento iminente, nas tarefas que podem realizar em cooperação, com auxílio, no limite das possibilidades que a colaboração permite, conforme o ensinamento de Vigotski (2020).

Vale lembrar que a atuação das tutoras não substitui o trabalho pedagógico planejado, intencional e organizado do docente para a apropriação do conhecimento científico, patrimônio da humanidade.

Nas primeiras reuniões entre professora orientadora, tutoras e tutoradas, decidiu-se pela elaboração coletiva de comunicados às docentes e aos docentes das disciplinas em curso, com ciência da coordenação do Colegiado. A iniciativa teve por objetivo informar sobre a tutoria e recomendar algumas ações de acessibilidade, pois, como pontuado por Lourenço et al. (2020), o acesso a textos e tarefas em sala de aula ou ambiente virtual são os principais desafios no processo educacional. Neste sentido, foram elaborados três comunicados de uma a duas páginas em julho/2022, fevereiro e junho/2023.

Embora as demandas acadêmicas das tutoradas tenham sido distintas, dadas as condições específicas de cada uma, como idades, experiências prévias, maneiras de lidar com as situações acadêmicas, decidiu-se em reunião por comunicados que atendessem as necessidades de ambas, sem distinção, pelo entendimento de que faziam parte de um grupo.

Os comunicados elaborados em formato de carta, tendo a professora orientadora como remetente e demais docentes das disciplinas cursadas como destinatários, constavam de saudação, breve apresentação do trabalho e menção à elaboração coletiva do texto. Esta maneira foi pensada para proporcionar proximidade com docentes, condição que outros formatos como ofício poderiam não favorecer.

## **Orientação de tutoria na educação superior: Experiência com acadêmicas com deficiência visual**

A primeira versão de cada comunicado sempre foi apresentada à coordenação do Colegiado à época para apreciação e pequenos ajustes quando necessários, e em seguida enviada pela coordenação para os e-mails institucionais dos docentes, com certa antecedência, com a finalidade de facilitar o planejamento das aulas.

Dentre as recomendações relacionadas estão: permissão para gravações em áudio das aulas; disponibilização de textos e apresentações em pdf, entre outras. Ainda que reconhecendo a validade dos recursos computacionais para a autonomia e aprendizagem de acadêmicos com deficiência visual, Lourenço et al. (2020) alertam que outras adequações são pertinentes. Por isso, também foi recomendado a audiodescrição de si mesmo(a) na primeira aula das docentes e dilatação de prazos de entrega de trabalhos acadêmicos quando necessário e combinado com antecedência. As recomendações foram justificadas e por vezes exemplificadas. No caso da dilatação de prazos, para mostrar o tempo despendido no uso do programa leitor de tela e o modo como funciona, foi citado o link de vídeo "Uso dos leitores de tela" (CTA, 2015) apresentado por Everaldo Carniel do Instituto Federal campus Bento Gonçalves-RS.

Também houve a preocupação de embasar as recomendações sobre descrição de imagens e acessibilidade de documento por meio de citação de publicação de diferentes instituições de ensino públicas (Salton; Dall Agnol; Turcatti, 2017; CTA, 2018) e do Canal Vídeos Acessíveis (Sudo et al, 2020). Este último foi resultado do projeto de extensão interinstitucional "Recursos de acessibilidade no ensino remoto: uma experiência colaborativa de Instituições Públicas de Ensino Superior do norte paranaense", desenvolvido por profissionais da educação e discentes da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) campi Londrina-Pr e Cornélio Procópio-Pr, Instituto Federal do Paraná campus Londrina e UEL (Sudo et al., 2020). Esta iniciativa está em consonância com a afirmação de Lourenço et al. (2020) de que o conhecimento dos diferentes recursos disponíveis auxiliam no planejamento de aulas acessíveis.

Observa-se que embora adequações já estivessem em processo de realização

## **Orientação de tutoria na educação superior: Experiência com acadêmicas com deficiência visual**

por docentes, a elaboração de comunicados escritos foi um recurso adequado, já que possibilitou para professora orientadora, tutoras e tutoradas discussão e sistematização da demanda acadêmica existente, debate e pesquisa sobre possibilidades; organização escrita dos recursos e consulta aos documentos quando necessário.

Ao longo dos semestres letivos as dúvidas de docentes relacionadas aos comunicados eram elucidadas por tutoras, tutoradas e/ou professora orientadora. Também foram realizados contatos telefônicos, trocas de mensagens via aplicativo de mensagens simultâneas, por e-mail e reuniões entre professora orientadora e a pedagoga da PRAE; e professora orientadora e coordenadoras do Colegiado do curso de duas gestões subsequentes para esclarecimento de dúvidas, discussões de situações acadêmicas, relatos das atividades, entre outros assuntos.

Rodriguero, Galuch e Silva (2021, p. 14) apontam como um dos resultados da monitoria o desenvolvimento do sentido de "pertencimento à comunidade universitária" do acadêmico com deficiência e a transformação da comunidade universitária ao conhecer e atender as particularidades no processo acadêmico. Estes aspectos, bem como a autonomia conquistada pelas tutoradas pode ser constatado em pelo menos dois momentos: nas reuniões de orientação e na preparação para a formatura. São exemplos de como a educação pode estar vinculada à "vida autêntica", que cria novas necessidades, como mencionado por Vigotski (2020, p. 28).

No primeiro, observou-se a segurança e a maneira ética com que as tutoradas apresentavam suas necessidades e contribuíram na elaboração de formas de seus atendimentos. Sobre a formatura, ponderaram a importância de conhecer antecipadamente o roteiro da cerimônia e o local do evento para orientação e mobilidade autônoma e segura. Para tanto, a professora orientadora e coordenação do colegiado promoveram o contato direto entre tutoradas e profissional responsável pelo cerimonial.

A diversidade de estratégias planejadas ao longo do trabalho desenvolvido corrobora com as conclusões de Silva e Pimentel (2022, p. 134). Em pesquisa

## **Orientação de tutoria na educação superior: Experiência com acadêmicas com deficiência visual**

realizada com estudantes com deficiência visual de graduação e pós-graduação na Universidade Federal da Bahia, afirmam que frente aos desafios no processo educacional "soluções coletivas e criativas" podem ser um diferencial neste contexto.

### **3. CONTRIBUIÇÕES PARA FORMAÇÃO INICIAL E PROFISSIONAL**

Expostos os procedimentos realizados no processo de orientação de tutoria, serão apresentadas as contribuições da experiência para tutoradas, tutoras e professora orientadora.

Assim como identificado na experiência relatada por Ribeiro, Freitas e Ausec (2022), as tutoradas mencionaram a autonomia conquistada durante o curso, especialmente no deslocamento no campus universitário e nos aspectos relacionados à tecnologia, como sala de aula virtual, elaboração de trabalhos acadêmicos no computador, uso do portal da universidade para acompanhamento de notas e frequências, inscrições em eventos, elaboração do currículo lattes, entre outros.

Para as tutoras, a experiência permitiu a convivência com colegas com deficiência visual e a ampliação de conhecimento sobre recursos de acessibilidade. Também possibilitou a compreensão da responsabilidade na promoção da autonomia das tutoradas, compromisso com a frequência, elaboração de relatórios e aprimoramento da comunicação na participação das reuniões.

Constatações semelhantes foram encontradas entre as monitoras apresentadas por Ribeiro, Freitas e Ausec (2022), como aproximação com estudos da Educação Inclusiva, noções de profissionalismo no contato com estudantes atendidos e desenvolvimento de sensibilidade aos desafios. Sobre este aspecto, Rodriguero, Galuch e Silva (2021, p. 10) acrescentam que a experiência de monitoria enriquece "processos formativos como futuros profissionais e pesquisadores atentos à construção de uma sociedade na qual os ideais de igualdade, de solidariedade e de liberdade não sejam apenas formais". Neste sentido, como identificado por Ribeiro, Freitas e Ausec (2022), houve agradecimento espontâneo das tutoradas às tutoras nos trabalhos de conclusão de curso, e, além disso, interesse pelo tema da

## Orientação de tutoria na educação superior: Experiência com acadêmicas com deficiência visual

permanência estudantil universitária como tema de pesquisa.

Considerando as condições objetivas de vida, ressalta-se que a concessão de auxílio-tutoria foi incentivo à continuação da atuação e da própria graduação das tutoras, servindo como complementação de renda para despesas como deslocamentos, alimentação e material de estudos. Esta condição também favoreceu as tutoradas pelo fato de que a atividade remunerada representa o compromisso institucional com a permanência de universitárias com deficiência, a despeito do assistencialismo marcado na história da Educação Especial.

Ressalta-se que as tutoras envolveram-se com as tutoradas para além das atribuições da função e das horas da tutoria, evidenciando o estabelecimento de colaboração. Não raro relataram compartilhamento de transporte, acompanhamento ao ponto de ônibus, à lanchonete e outros espaços de convivência.

Nesta direção, Oliveira (2007, p. 137) escreve sobre a relevância das relações entre pares na promoção do acesso ao conhecimento acadêmico: "As interações com os colegas não ocorreram somente pela necessidade de auxílio ou compensação por não possuírem os recursos necessários para seu acompanhamento escolar, mas foram construídas pelas vivências sociais". Rodriguero, Galuch e Silva (2021, p. 13) acrescentam que a monitoria promove "suporte afetivo necessário para que o ambiente acadêmico do estudante com deficiência e/ou necessidades educacionais especiais seja, efetivamente, um espaço de experiência para uma educação humana".

Bartalotti (2006, p. 48) também contribui com a discussão ao afirmar:

É preciso estar junto para que se possa construir um sentimento de empatia, de solidariedade, e principalmente, de respeito pelo outro; é preciso partilhar espaços e ações para que se possam entender as particularidades de cada ser humano, e tomar a diversidade como parte integrante da vida humana e, especialmente, da vida em sociedade.

Avalia-se que a atuação de tutoras e tutoradas da mesma turma facilitou as tarefas de tutoria por estarem juntas todos os dias letivos, estudarem as mesmas disciplinas com os mesmos docentes.

## **Orientação de tutoria na educação superior: Experiência com acadêmicas com deficiência visual**

No caso da professora orientadora, destaca-se o desafio de pensar coletivamente em encaminhamentos de situações do âmbito universitário. Também possibilitou a articulação com experiências profissionais como professora da disciplina Educação Especial/Educação Inclusiva por mais de uma década nos cursos de Pedagogia e demais licenciaturas e como integrante de equipe interdisciplinar, trabalhando na permanência de estudantes universitários com deficiências.

Vale destacar que nas primeiras semanas de atuação, a professora orientadora, mesmo com esta trajetória profissional, insistiu em reuniões mais frequentes no início das orientações, a despeito da recusa apontada pelas acadêmicas. Este dado sugere que até mesmo professoras da área não estão livres da dificuldade na promoção da autonomia das pessoas com deficiência, uma das expressões do capacitismo. Amaral (1998) já mencionava a superproteção como uma forma de preconceito em relação a estas pessoas. Pois, como bem colocado por Zana e Alves (2024, p. 13), trata-se de "capacitismo quando nós, profissionais psi sem deficiência, falamos em nome de pessoas com deficiência, sem considerar nossas posições".

Assim como Ribeiro, Freitas e Ausec (2022) apresentam a experiência de monitoria sem a pretensão de ser padrão a ser seguido pelas instituições de Educação Superior, este trabalho segue o mesmo princípio e atende a preocupação das autoras na necessidade de divulgação de experiências bem sucedidas de permanência de universitárias com deficiência visual.

### **4. CONCLUSÃO**

O objetivo deste artigo foi apresentar o relato de experiência do trabalho de orientação das atividades de tutoria no curso de Pedagogia presencial da UEPG. Conclui-se que a tutoria na Educação Superior pode contribuir para a permanência bem sucedida de acadêmicas com deficiência visual com organização e implementação de reuniões sistemáticas, registro das ações, promoção da autonomia das tutoradas e estabelecimento de diálogos com docentes.

## Orientação de tutoria na educação superior: Experiência com acadêmicas com deficiência visual

Evidencia-se que o estabelecimento de vínculo entre professora orientadora, tutoras e tutoradas foi aspecto fundamental para o bom andamento do trabalho, pois as apresentações das situações acadêmicas de maneira ética e responsável permitiram o debate sobre formas de procedimentos adequados. Menciona-se também que a elaboração e encaminhamento de comunicados objetivos e pontuais aos docentes, respaldados por manuais e vídeos sobre acessibilidade, podem contribuir para o processo acadêmico. Destaca-se também o apoio da equipe da PRAE, das coordenadoras de Colegiado do curso e das/os docentes das disciplinas cursadas.

Este trabalho tem como limite o recorte temporal e os instrumentos de coleta de dados. Espera-se que este relato possa contribuir com o planejamento de medidas que promovam a permanência de estudantes com deficiência nas universidades.

### REFERÊNCIAS

AMARAL, L. A. Sobre crocodilos e avestruzes: falando de diferenças físicas, preconceitos e sua superação. In: AQUINO, J. G. (org.). **Diferenças e preconceito na escola: alternativas teóricas e práticas**. 2.ed. São Paulo: Summus, 1998. p. 11-30.

BARTALOTTI, C. C. **Inclusão social das pessoas com deficiência: utopia ou possibilidade?** São Paulo: Paulus, 2006.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015**. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2015. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm) . Acesso em: 17 fev. 2025.

BRASIL, P. C. S. A imaginação e os processos de leitura e de escrita da pessoa com deficiência visual. In: RANGEL, F.; PRESTES, Z.; TUNES, E. (orgs.). **O chão de terra firme em que nos movemos: a teoria histórico-cultural e a cegueira**. Rio de Janeiro: Instituto Benjamin Constant, 2023. p. 99-1015. Disponível em: [https://www.gov.br/ibc/pt-br/pesquisa-e-tecnologia/publicacoes-do-ibc-1/livros\\_pdf/anexos/miolo-do-livro-chao-de-terra-firme\\_2023.pdf](https://www.gov.br/ibc/pt-br/pesquisa-e-tecnologia/publicacoes-do-ibc-1/livros_pdf/anexos/miolo-do-livro-chao-de-terra-firme_2023.pdf) . Acesso em: 21 fev. 2025.

CENTRO TECNOLÓGICO DE ACESSIBILIDADE. INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Boas práticas para descrição de imagens**. 2018. Disponível

## Orientação de tutoria na educação superior: Experiência com acadêmicas com deficiência visual

em: <https://cta.ifrs.edu.br/boas-praticas-para-descricao-de-imagens> . Acesso em: 21 fev. 2025.

CENTRO TECNOLÓGICO DE ACESSIBILIDADE. INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Uso dos leitores de tela**, 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=e5RIZcl0jzk> . Acesso em: 21 fev. 2025.

LOURENÇO, E. A. G. de et al. **Acessibilidade para os estudantes com deficiência visual**: orientações para o ensino superior. v. 1. São Paulo: Unifesp, 2020. Disponível em: <https://acessibilidade.unifesp.br/images/PDF/Ebook-Colecao-DV01-2020.pdf> . Acesso em: 25 fev. 2025.

MOURA, P. L. de M.; FUMES, N. de L. F. Deficiência visual e educação superior: o estado da arte de teses e dissertações brasileiras. **Rev. Educação Inclusiva**, v. 7, n. 2, p. 298-322, 2022. Disponível em: <https://revista.uepb.edu.br/REIN/article/view/363/1250> . Acesso em: 21 fev. 2025.

OLIVEIRA, L. C. P. **Trajetórias escolares de pessoas com deficiência visual**: da educação básica ao ensino superior. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica, Campinas, 2007. Disponível em: [https://repositorio.sis.puccampinas.edu.br/bitstream/handle/123456789/15402/cchsa\\_ppgedu\\_me\\_Livia\\_CPO.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://repositorio.sis.puccampinas.edu.br/bitstream/handle/123456789/15402/cchsa_ppgedu_me_Livia_CPO.pdf?sequence=1&isAllowed=y) . Acesso em: 21 fev. 2025.

RIBEIRO, K.; AUSEC, I. C. O.; KAWAGOE, L. Monitoria em Educação Especial como suporte aos estudantes com deficiência. In: LIMA, A. M. de S.; CAMPOS, M. de C.; AMARAL, W. R. do (orgs.). **Democratização da educação superior**: ações afirmativas na Universidade Estadual de Londrina. Londrina: EDUEL, 2024, p. 189-201.

RIBEIRO, K., FREIRAS, M. C. de; AUSEC, I. C. de O. Monitoria em Educação Especial como uma possibilidade de atendimento educacional especializado no ensino superior. **Rev. Educere et Educere**, Cascavel, v. 17, p. 476-498, 2022. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/educereeteducere/article/view/29533/21128> Acesso em 09 fev. 2025.

RODRIGUERO, C. R. B.; GALUCH, M. T. B.; SILVA, T. dos S. A. da. Educação inclusiva no ensino superior e monitoria especial: da legalidade à educação para a sensibilidade. **Revista Cocar**, Belém, v. 15, n. 32, p. 1-19, 2021. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/3962> . Acesso em: 21 mar. 2025.

## Orientação de tutoria na educação superior: Experiência com acadêmicas com deficiência visual

SALTON, B. P.; DALL AGNOL, A.; TURCATTI, A. **Manual de acessibilidade em documentos digitais**. Bento Gonçalves: Instituto Federal do Rio Grande do Sul/Centro Tecnológico de Acessibilidade, 2017. Disponível em: <https://sites.riogrande.ifrs.edu.br/arquivos/1486518/manual-de-acessibilidade-em-documentos-digitais.pdf> . Acesso em: 10 mar. 2025.

SILVA, J.; PIMENTEL, A. A Inclusão no Ensino Superior: vivências de estudantes com deficiência visual. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Corumbá, v. 28, p. e0012, p. 121-137, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/s67gJtctqKBykNL64mZhwqC/?format=pdf&lang=pt> . Acesso em 09 fev. 2025.

SUDO, C. H. et al. **Vídeos acessíveis Canal do Youtube Vídeos acessíveis**. UTFPR, 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/channel/UCtjxGaRboIDWQFAONBOeyw/videos> . Acesso em: 21 fev. 2025.

TUNES, E.; PRESTES, Z. A defectologia de Lev Semionovitch Vigotski, fio condutor da Teoria Histórico-Cultural. In: VIGOTSKI, L. S. **Problemas da defectologia**. v. 1. Organização, edição, tradução e revisão técnica de Zoia Prestes e Elizabeth Tunes). São Paulo: Expressão Popular, 2021. p.17-26.

TUNES, E.; RANGEL, F.; PRESTES, Z. Apresentação. In: RANGEL, F.; PRESTES, Z.; TUNES, E. (orgs.). **O chão de terra firme em que nos movemos: a teoria histórico-cultural e a cegueira**. Rio de Janeiro: Instituto Benjamin Constant, 2023. p. 08-10. Disponível em: [https://www.gov.br/ibc/pt-br/pesquisa-e-tecnologia/publicacoes-do-ibc-1/livros\\_pdf/anexos/miolo-do-livro-chao-de-terra-firme\\_2023.pdf](https://www.gov.br/ibc/pt-br/pesquisa-e-tecnologia/publicacoes-do-ibc-1/livros_pdf/anexos/miolo-do-livro-chao-de-terra-firme_2023.pdf) . Acesso em: 21 fev. 2025.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA. **Resolução CEPE nº 2021.28**. Aprova novo Regulamento do Programa de Tutoria Discente, da UEPG. Disponível em: <https://www2.uepg.br/segecon/wp-content/uploads/sites/245/2022/05/Resol-CEPE-2021-28-Novo-Regulamento-do-Programa-de-Tutoria-Discente.pdf> . Acesso em: 20 fev. 2025.

ZANA, A. R. de O.; ALVES, C. B. Sobre a atualidade de Lígia Assumpção Amaral: interrogar o capacitismo para aleijar o campo psi. **Revista psicologia política**, Florianópolis, v. 24, e 24405, p. 1-17, 2024. Disponível em: <https://submission-pepsic.scielo.br/index.php/rpp/article/view/24405/1466> . Acesso em: 04 fev. 2025.

VIGOTSKI, L. S. **A construção do pensamento e da linguagem**. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2020.

VIGOTSKI, L. S. **Problemas da defectologia**. v. 1. Organização, edição, tradução e revisão técnica de Zoia Prestes e Elizabeth Tunes). São Paulo: Expressão Popular, 2021.